



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

JOELMA MARIA DA SILVA

REFLEXÕES SOBRE O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JOÃO PESSOA – PB

2013

Monografia apresentada ao curso de pedagogia na modalidade a distancia, pela universidade federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título licenciado em pedagogia.

Orientadora: Rosemary Evaristo Barbosa.

JOÃO PESSOA – PB

2013.

S586r Silva, Joelma Maria da.

Reflexões sobre o cuidar e o educar na educação infantil / Joelma Maria da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
30f.

Orientador: Rosemary Evaristo Barbosa
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Cuidar. 3. Educar. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

JOELMA MARIA DA SILVA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de alguma forma me auxiliaram nesta caminhada destacando familiares, professores e amigos que sempre me dedicaram atenção, compreensão e apoio para que eu pudesse realizar esse trabalho, compartilhando comigo momentos de alegrias e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o centro da minha vida, por tudo que tem me dado, sustentando-me em suas mãos para que eu não tropeçasse em meio as adversidades e aprovações enfrentadas.

Aos meus pais que me ensinaram que “para vencer na vida é preciso ser perseverante e forte”, obrigada pela confiança em mim depositada.

Agradeço também ao meu esposo, José, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades; quero agradecer também ao meu filho, Joalison, que, embora não tenha conhecimento deste processo de formação acadêmica, iluminou de maneira especial os meus pensamentos, levando-me a buscar mais conhecimentos.

A minha orientadora Rosemary, pelos seus conhecimentos e incentivos que foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante todo o percurso do curso.

Em fim a todas as pessoas que me ajudaram de alguma forma, não poderia deixar de expressar a minha imensa gratidão. Muito obrigada!

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

Jean Piaget

Sumário

1. Introdução.....	09
2. EDUCAÇÃO INFANTIL: aspectos históricos e legais.....	11
2.1 Aspectos Históricos.....	11
2.2 A criança como ser social de direitos.....	15
3. O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: concepções diretrizes e desafios.....	18
3.1 O significado do binômio cuidar/educar.....	18
3.2 Principais diretrizes do cuidar e o educar na Educação Infantil.....	20
Considerações Finais.....	25
Referências.....	28

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo discorrer a importância do cuidar e o educar na Educação Infantil e as ações pedagógicas que contribuam para interligarem ambos na construção da autonomia e do conhecimento das crianças. Diante disto, iremos abordar e compreender aprendizagem como um fator primordial no processo educativo, bem como a sua importância no que diz respeito ao ato de cuidar e educar, propondo uma rotina que contemple o desenvolvimento infantil. O estudo teve como suporte os pressupostos teóricos de autores cuja linha de pensamento se relaciona, em especial, com a educação infantil e o ato de cuidar e educar para o desenvolvimento pleno da criança no cotidiano dessas instituições, foco deste estudo. Os resultados evidenciam que a educação Infantil, apesar dos grandes avanços conquistados através de marcos legais e movimentos sociais, que reivindicaram uma educação de qualidade para as crianças como parte integrante da educação básica, garantindo o direito da criança como ser sócio histórico, não pode ser desvinculado do planejamento de uma rotina que ressalte as ações de cuidar e educar no dia-a-dia da criança, no processo de ensino-aprendizagem em creches e pré-escolas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ensinar. Educar. Cuidar.

ABSTRACT

This monograph aims to discuss the importance of care and education in early childhood education and pedagogical action that contribute to interconnect both in the construction of autonomy and knowledge of small. Given this, we discuss and understand learning as a primary factor in the educational process as well as its importance in relation to the act of caring for and educating, proposing a routine involving the development Children. The study was supported by the theoretical assumptions of authors whose line of thought relates in particular to the education and child care act and educate for the full development of the child in everyday Institutions Early Childhood Education, the focus of this study. The results show that education Infant despite great advances achieved through legal and social movements that demanded quality education for small as an integral part of basic education ensuring the child's right to be historical partner, can not be detached from planning a routine that highlights the actions of caring for and educating day-to-day life as a possibility for exploration and discovery of the universe child.

Keywords: Early Childhood Education. Educate. Caring.

INTRODUÇÃO

Quando nos propomos a trabalhar com crianças, devemos ter como princípio conhecer seus interesses e necessidades. Sendo assim, saber cuidar e educar é saber empregar a ação pedagógica da consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade, peculiares à infância. Portanto, cuidar e educar significa compreender que o espaço de tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e respeito.

A escolha do tema *Reflexões sobre o cuidar e o educar na educação infantil* foi motivada pelo entendimento de que o binômio “cuidar e educar” deve estar presente no cotidiano das escolas de educação infantil e por isso precisam de uma atenção especial, pois as crianças que começam a iniciar sua vida escolar necessitam de um ambiente acolhedor, seguro, aconchegante e para que isso aconteça, cabe a todos que fazem parte da instituição educacional proporcionar às crianças os valores da confiança, do respeito e da disciplina, levando em consideração que elas estão em um momento de desenvolvimento de múltiplas linguagens. Dessa forma, procurou-se abordar este tema com a intenção de melhor compreender a relação da prática educativa do ato de cuidar e educar na construção de uma educação que vise o desenvolvimento integral da criança, estabelecido em valores essenciais como o afeto e cuidados físicos, emocionais e sociais.

Portanto, o problema central deste trabalho é buscar entender sobre: O que consiste o cuidar e o educar na educação infantil? Para respondermos a esta questão, delimitamos como objetivo geral refletir sobre o binômio “cuidar e educar”, através de um estudo bibliográfico, que foi direcionado pelos seguintes objetivos específicos: 1. Tecer considerações sobre a educação infantil em seus aspectos históricos e legais. 2. Delimitar concepções sobre o binômio cuidar e educar. 3. Apresentar as principais diretrizes do cuidar e o educar. 4. Refletir sobre a importância de saber cuidar e educar na Educação Infantil.

Em relação ao referencial metodológico, pode-se considerá-lo como sendo uma “pesquisa de bibliográfica, que compreende pesquisar em livros, dissertações, teses, e artigos de revistas especializadas e documentais”, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 185). A

pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Assim, oferece vários subsídios para a realização do trabalho, bem como é um suporte indispensável no desenvolvimento da mesma, pois a partir dela construímos toda fundamentação necessária à pesquisa. A partir do estudo realizado, fizemos uma análise que, de acordo com Gil (2008, p.50), é “desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para isso utilizamos autores que enfatizam o cuidar e o educar na Educação Infantil.

O presente estudo encontra-se estruturado em dois capítulos. No primeiro abordam-se algumas referências históricas e legais sobre a educação infantil, focalizando-se a quebra de paradigmas e a constituição da criança enquanto sujeito de direitos. O segundo capítulo trata da relação entre cuidar e educar, além de apresentar considerações sobre os desafios do cuidar/educar na educação infantil. Em seguida, apresentamos as considerações finais, com as últimas reflexões referentes ao tema estudado.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL: aspectos históricos e legais

2.1. Aspectos Históricos

Caminhar pela história da educação infantil é vivenciar um processo de grandes transformações e conhecer a construção histórica e social das ideias que fundamentaram as práticas referentes à educação da criança. Através de pesquisas é possível destacar alguns aspectos fundamentais para que possamos conhecer um pouco da trajetória sócio-histórica da educação Infantil.

O ponto de partida para percorrermos pela história da educação infantil é iniciar pelas mudanças históricas ocorridas na sociedade, pois foi a partir delas e dos pensamentos modernos em ebulição no seio da sociedade, que começaram a surgir alguns questionamentos associados ao trabalho materno fora do lar e, com isso, a organização de espaços reservados e destinados, especialmente, para acolher e educar as crianças. Assim como explicita o autor:

Com o advento do capital, surgiu o estilo de vida urbano-industrial na Europa, e no seu processo histórico, transformaram em força de trabalho homens, mulheres e crianças. Os avanços das forças produtivas, gradativamente, acumularam-se a ponto de contribuir para uma acentuada diminuição do trabalho infantil. A sociedade, então, viu-se diante de uma nova necessidade: ocupar o tempo das crianças, já que seus pais não estavam mais em posição de prover integralmente sua segurança, pois estavam absorvidos pelo trabalho. Desse modo, a instituição educativa constituiu-se em um local importante para atender às demandas sociais e, reiteradamente, vem sendo mobilizada para exercer papel de cuidar e educar (ALMEIDA, SECCHI e SILVA, 2004, p.65).

Como podemos observar algumas mudanças no percurso desta história foi possível pelas transformações que ocorreram no desenvolvimento econômico da sociedade. No referido contexto sócio-histórico encontram-se os primeiros vestígios de pensamento voltado para educação das crianças, bem como o surgimento de escolas, creches e pré-escolas que tiveram seu apogeu influenciado pela Revolução Industrial que modificou a maneira de viver e pensar da sociedade.

Outro aspecto que favoreceu a educação infantil, além da criação de escolas, foi o surgimento do pensamento pedagógico, como fundamenta Craidy (2001, pág. 24): “o

surgimento das instituições de educação infantil esteve relacionado ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, que pode ser localizado entre os séculos XVI e XVII”.

Podemos dizer que nestes séculos ocorreram as ações iniciais para que se começasse a pensar em uma educação que envolvesse e acolhesse também as crianças, já que a sociedade da época passava por profundas mudanças econômicas, políticas e sociais, repercutindo, assim, na concepção de uma educação que incluísse as crianças, já que agora a mulher estava entrando no mercado de trabalho.

Sendo assim, a educação destinada às crianças começou a ser revista, e como consequência deste processo, deu-se início à criação de creches e pré-escolas, objetivando acolher os filhos dessas mulheres que agora precisavam trabalhar. Surgia, portanto, uma nova configuração na sociedade, como mostra claramente a seguinte citação:

[...] as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres á força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher [...], também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade é de como torna - lá, através da educação, um individuo produtivo e ajustado as exigências desse conjunto social (BUJES, 2001,15).

Além das considerações enfatizadas pelo estudioso acima citado, podemos a continuar destacando os demais caminhos pelos quais a educação infantil percorreu. Trazendo os olhos para o contexto brasileiro, destacamos as profundas mudanças ocorridas no século XIX no contexto mundial, por meio da Revolução Industrial, que provocaram as primeiras manifestações, porém tímidas, no sentido de se pensar uma educação para os menores de sete anos de idade em nosso país. Nesse sentido, até então era responsabilidade apenas das mães todo cuidado direcionado às crianças e por este motivo ficava a cargo das mesmas a educação inicial de seus filhos.

Os primeiros vestígios de uma educação voltada às crianças menores de sete anos foi o primeiro jardim de infância instituído no Brasil em 1875. Como era privado, somente as crianças de classe social elevada tinham acesso ao espaço. Apenas em 1896 foi fundado o primeiro jardim de infância público no Brasil na cidade de São Paulo. Neste contexto, é válido frisar que as primeiras iniciativas voltadas para as crianças foram influenciadas por ideias de médicos higienistas da época, que deixaram a educação infantil com caráter assistencialista, ou seja, as creches tinham o único objetivo de cuidar das crianças durante o tempo que suas mães se encontravam nas fabricas. (ANTUNES, 2007).

Quase um século depois que a educação infantil foi reconhecida no mundo é que o Brasil reconhece esse segmento na Constituição de 1988. Desde então ficou determinado que creches e pré-escolas fizessem parte do sistema educacional, porém podemos destacar que foi a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), de nº 9.394/96 que as crianças começaram a ser vistas como seres que necessitavam de cuidados educacionais e não apenas de cuidados que substituíssem os de sua família, como ocorria há muito tempo: uma educação voltada apenas para o assistencialismo, ou seja, o “Cuidar”. No entanto, a visão de que a educação infantil não deveria ser feita apenas como um refúgio assistencialista, mas com um caráter educacional, começou a surgir, associando o cuidar e o educar. Como destaca Oliveira (2007, p.43):

A creche historicamente vista como refúgio assistencialista para a população infantil de cuidados domésticos, tem definido a infância como uma questão de ordem privada e não tem considerado devidamente a comunidade maior como co-responsável pela educação dos pequenos.

Com relação a esse histórico que considera a creche unicamente assistencialista, há que se ressaltar o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, vem dizer sobre a inserção da Educação Infantil na educação básica, como sua primeira etapa; é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, como está afirmado no Art. 22 da LDB: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”. (Brasil, LDB, 1996, p.07)

Neste sentido, a educação infantil recebeu um destaque diferenciado na nova LDB que, antes, não existia em algumas legislações. Podemos encontrar algumas seções e capítulo que fazem referência à educação infantil, tendo por base os seguintes termos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em:

I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, LDB,1996, p.10)

Além destas seções específicas sobre a educação Infantil, a LDB disponibiliza de outros artigos a definição de aspectos relevantes para essa etapa da educação. Foi a partir desta lei que a educação infantil passou a fazer parte da educação básica, juntamente com a regulamentação do FUNDEB (2006). Estes são suportes legais responsáveis pelo atendimento de crianças em creches ou pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Esse panorama nos permitiu perceber que as conquistas nas áreas de educação infantil foram lentas, porém estão sendo significativas, pois a educação voltada para as crianças é feita de forma complementar a da família, trazendo como consequência um novo entendimento de infância, criança e educação.

As políticas públicas destinadas a este segmento também contribuem no sentido das inovações no cenário educacional do nosso país. Assim vem mostrando alguns passos efetivos para uma educação infantil que assegure sua prática social e respeite a criança como cidadã. É o que podemos conferir na citação seguinte.

O Brasil das últimas décadas revelou em sua estrutura legal avanços no entendimento sobre o que seja infância, em como entender a criança e oferecer-lhe garantias institucionais para que se assegure, na prática social, o direito da mesma a ter o seu desenvolvimento integral garantido por meio de consequente atendimento educacional, pedagógico. (ANGOTTI, 2010, p.17).

A história da educação Infantil é permeada muitas vezes por lutas, mudanças de concepções, novas visões políticas, necessidades sociais e transformações na economia. Enfim, as lutas e conquistas desencadearam ações em prol da criança, tanto na educação, como em relação aos seus direitos. Além da LDB, surgiu o Estatuto da criança e do adolescente – lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), que instituiu o referido **regulamento**, e o Referencial curricular nacional para educação Infantil – 1998 (RCNEI). Todos esses são suportes legais para que a sociedade brasileira ganhe através de políticas públicas uma educação infantil de qualidade. Esses aparatos legais devem garantir que as

crianças tenham o direito de desenvolver suas potencialidades educacionais, sendo um dever das instituições educacionais estimular e conhecer as necessidades das crianças, reconhecendo-as como sujeito social de direitos - o que será melhor discutido a seguir.

2.2. A criança como sujeito social de direitos

Para adentrarmos a essa temática, faremos uma breve retrospectiva sobre a concepção de criança e o que mudou, para serem vistas como cidadãos merecedores de direitos.

De acordo com a literatura, por muito tempo não se tinha essa visão, a criança era vista apenas como *pequenos adultos*, como afirma Angotti (2010, p.34) em seus estudos, quando ressalta que “as crianças eram entendidas como adulto em miniatura, um bibelô, um ser com quem se passa um tempo para guardá-lo, protegê-lo e preservá-lo”. Nesta perspectiva o autor destaca que a criança era tida como adultos, não tenho a visão de que a criança é um ser social que têm direitos e deveres, ou seja, um ser em desenvolvimentos e que necessita de cuidados especiais.

Esta concepção de Angotti, com o passar do tempo, foi deixada para trás; surgindo novos entendimentos sobre o ser criança, muitos dos quais serviram de base para que os direitos das crianças fossem respeitados e postos em prática.

Para Santos e Cruz (2010, p.9), “atualmente uma nova concepção sobre criança vem tomando espaço no panorama educacional: ‘A criança como ser social’.” Dando continuidade ao pensamento, alguns autores também trazem concepções em torno da criança. Vejam alguns deles:

Cada época tem a sua maneira própria de considerar o que é ser criança e de caracterizar as mudanças que ocorreram com ela ao longo da infância. Nos últimos três ou quatro séculos, a criança passou a ter uma importância como nunca havia ocorrido antes e ela começou a ser descrita, estudada, a ter o seu desenvolvimento previsto, como se ele ocorresse sempre do mesmo jeito e na mesma sequência [...] (BUJES, 2001, p.17)

Estudos contemporâneos sobre a infância enfatizam que a criança é um sujeito social, que possui história e que, além disso, é produtora e reprodutora do meio no qual está inserida, atuando, portanto como produtora de história e cultura. (KRAMER, 2005, p.133)

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. (RECNEI, 1998, p.21, v.1)

Em consonância com os pensamentos dos autores acima citados, podemos destacar que a visão de criança sofreu várias transformações, recebendo inúmeras concepções. Considerando os pressupostos já enunciados, com essas novas perspectivas a criança passa a caracterizar-se como sujeito que passou a exercer influência no meio ao qual está inserida e ter alguns direitos que antes não existiam.

É importante ressaltar que, de acordo com essas mudanças de concepções, outras ações foram ocorrendo e os direitos começaram a ser instituídos. Um deles é o direito à educação que, de um modo geral, vem sendo visto como um direito social de todas as crianças. Todavia, para que isso aconteça, é preciso que as respeitemos mais, como sujeito de direitos, com suas especificidades, dando-lhes mais atenção enquanto seres que interagem conosco, com as outras crianças e com o mundo que as cerca.

Dentre as diretrizes gerais do MEC para a Educação Infantil podemos destacar que:

há que se ressaltar que essa primeira etapa da educação básica é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de informação da natureza e pela convivência em sociedade (ANTUNES, 2007, p.14).

Além deste, o governo publicou o RCNEI (1998), documento que constitui um conjunto de referenciais e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação de práticas educativas que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras e dar suporte para a educação Infantil. Considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos, a qualidade das experiências oferecidas pode contribuir para o exercício da cidadania.

Neste aspecto, são necessários estudos que aprofundem o conhecimento da real situação da inserção das crianças brasileiras, pois temos alguns suportes legais que designam muito bem os direitos de uma criança tornando-as cidadãs e merecedoras de ações e direitos, como traz a Constituição Federal (CF) de 1988, apesar da mesma não trazer o termo “sujeitos de direitos”. Fazem esta referência os artigos 203, 204, 208, 227, quando indicam que:

A CF/1988 reconhece a necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a

salvo (leia-se: proteção) de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, CF, 1988).

Estes direitos destacados serão ratificados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei 8069/90 (ECA), em seu artigo 3º, determinando-se que:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. O artigo 4º ratifica o artigo 227 da CF/1988, acrescentando o direito ao esporte. O artigo 6º apresenta o reconhecimento da “condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (BRASIL, ECA, 1990, p.04).

Portanto, possibilitar o desenvolvimento social das crianças e a descoberta do lugar que a mesma está inserida, tornando-a uma cidadã mirim, conhecedora dos seus direitos e deveres, é uma ação necessária por meio de aprendizagens diversificadas, e de políticas públicas que deem suporte para que todos esses direitos sejam realizados.

3. O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: concepções, diretrizes e desafios.

3.1 O significado do binômio cuidar/educar

A educação na primeira infância envolve cuidados básicos necessários para a sobrevivência humana. Nessa faixa etária podemos identificar que as crianças têm necessidades de segurança, alimentação, higiene, colo, carinho e atenção. Assim, estar atento para as atividades que precisam de cuidados é compartilhar desse universo infantil.

O cotidiano na educação infantil, especialmente nas creches, é estruturado em uma sequência espaço-temporal de atividades voltadas para o cuidar. Como a criança pequena necessita de cuidados essenciais para seu desenvolvimento, estritamente atrelados à manutenção de sua integridade física, pode-se destacar que as atividades básicas e rotineiras de higiene (como lavar as mãos, escovar os dentes, limpar-se depois de eliminação de esfíncteres, vestir-se e pentear-se); de alimentação e outras atividades como descansar, locomover-se, comunicar-se e consolar-se precisam da intervenção do adulto. Quanto menos idade a criança tem, mais necessita de auxílio nas ações que integram esta rotina da necessidade, imprescindível no processo de crescimento infantil. Dessa forma, a rotina da necessidade primária está diretamente ligada ao ato de cuidar, que contempla várias ações desenvolvidas no cotidiano da instituição. Mas cuidar não é uma atividade simples. Ao contrário.

Lidar com a vida humana começando requer a incorporação de vários campos de conhecimento como apontam os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 20, v. 1), como também a colaboração de profissionais de diversas áreas, para que as crianças possam ampliar seus conhecimentos e habilidades. Assim,

o cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidados também precisam seguir princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimentos biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em considerações diferentes realidades socioculturais (idem, p.25, v. 1).

Na verdade, o requisito mais importante nas ações do cuidar é compreender como ajudar o outro a desenvolver-se como ser humano, o que envolve tempo, interesse, preocupação, atenção, proximidade e compromisso. Cuidar é comprometer-se com o outro, entendendo que esse outro está no início de sua vida, e que sua formação integral se dá essencialmente nesses primeiros anos.

O processo educativo atrelado ao cuidar deve conceber a criança como um ser único, cheio de capacidades a serem exploradas e desenvolvidas em sua totalidade. Nesse contexto, a tarefa do cuidar integrada a uma rotina assume um papel de comprometimento do educador com as crianças em todos os sentidos, para que possam gradativamente tornar-se sujeitos independentes e autônomos.

É importante frisar que a atividade educativa na creche envolve o cuidar e implica em um olhar sensível por parte dos profissionais que atuam na educação infantil em entender a criança como pessoa em desenvolvimento contínuo, dando a devida importância às suas expressões, sentimentos, desejos, necessidades, conhecimentos sobre si e o mundo. Neste sentido, é preciso levar em consideração a primeira infância como direito constitucional, contribuindo para o desenvolvimento infantil.

A rotina do cuidar também é educativa. Isso porque, nesta faixa etária, conforme dito por Souza e Weiss (2008), o processo de aprendizagem não acontece unicamente na hora de atividades do âmbito educativo-pedagógico. Aquelas que envolvem a produção de desenhos e a exploração de letras, músicas, ou seja, que têm uma intenção educativa clara. Na experiência apresentada pelas referidas autoras em uma creche, no trabalho com bebês, pontuam que “tudo é atividade, pois todas as ações e proposições educam – trocar-lhes as fraldas, oferece-lhes água ou um brinquedo, conduzi-los ao parque ou deixá-los em sala, permite-lhes experiências diversas” (Souza e Weiss 2008, p.42), contribuindo para sua formação integral. As ações simples de cuidar desenvolvidas no dia-a-dia constituem situações de aprendizagem, quando educar também é um ato integrado aos cuidados básicos.

Educar na primeira infância significa, pois:

propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade (BRASIL, 1998, p. 23, v. 1).

Desta forma, o processo educativo na primeira infância envolve o cuidar como parte integrante da educação. Na verdade, como aponta Forest (2010), as práticas de cuidar e educar são integradas, o que implica em uma consciência de que a ação pedagógica deve ter como pressuposto o respeito ao desenvolvimento integral da criança.

Para tanto, o professor precisa articular as atividades em uma rotina que não seja mecanizada, compreendendo que “o espaço/tempo em que a criança vive exige a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade”, (Florest, 2010). Uma rotina organizada para a aprendizagem de hábitos, saberes e conceitos, valores e atitudes.

Podemos ver que muitas vezes não há uma compreensão do aspecto educativo do cuidar. Segundo Costa (2005) o educador infantil deveria olhar a criança como principal ponto de sua prática educativa para compreender a arte e a ciência do saber cuidar e educar afirmando que é preciso, “cuidar concebendo a criança como ser único; como uma pessoa de potencialidades e competências a serem desenvolvidas [...]”. (COSTA, 2005, p.85)

Diante do exposto é possível perceber que o cuidar e o educar sempre se fizeram presentes na história da educação, desde a criação dos primeiros jardins de infância e as creches, porque justamente naquele momento a sociedade estava passando por diversas transformações e os mesmos surgiram com esse intuito: o de dar assistências às famílias. Com isso criou-se esse dilema. Mas com o decorrer do tempo ficou nítido o quanto é indissociável o cuidar/educar para a oferta de uma educação de qualidade, sem falar que ambas sempre estiveram juntas. A relação cuidar-educar esteve sempre presente no contexto das creches mesmo que “em duas dimensões independentes: uma que se refere ao corpo e outra aos processos cognitivos”. (TIRIBA, 2005, p.1)

Com todos esses aspectos podemos finalizar este tópico, afirmando que o grande desafio é construir uma prática pedagógica de qualidade e fundamentada numa visão de educação que afirme a infância como uma etapa da vida plena de possibilidades, assegurando o direito da criança a uma educação de qualidade.

3.2. Principais diretrizes e desafios na Educação Infantil

Como já foi destacado anteriormente, a educação infantil passou a ter uma visão mais ampla e uma discussão voltada para o cuidar e o educar a partir de algumas leis e diretrizes que foram fundamentais para a consolidação e melhoria da educação. Entre elas podemos

citar a Constituição de 1988, a LDB (1996), o RCNEI (1998) e o ECA (1990) de acordo com estudos iremos mostrar a contribuição de cada marco legal desse para elevar o papel do cuidar e educar, tendo-os como essencial, desmitificando essa dicotomia e criando um relacionamento baseado na confiança e no respeito mútuo com o propósito de se estabelecer um acompanhamento educacional mais abrangente dos adultos sobre as crianças.

É importante destacar, além do que já comentamos a respeito da educação infantil, como primeira etapa da educação básica, a necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo-se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando. Para o desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 5 anos, torna-se imprescindível a dissociabilidade das funções de “educar e cuidar”, importantes elementos constitutivos de seu processo de aprendizagem.

Em consonância e em resposta a LDB 9394, o governo federal publicou em 1998 os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), documento que se constitui em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação de práticas educativas que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos, uma das contribuições do RCNEI é ampliar o conhecimento com relação à qualidade das experiências oferecidas para o exercício da cidadania, que devem estar embasadas nos seguintes princípios educativos, assim destacados nos RCNEI (1998, p.13):

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, aos afetos, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

De acordo com os princípios que o RCNEI (1998) estabelece para a Educação Infantil, traz para o educador uma nova postura com relação a sua prática docente, pois, como o RCNEI destaca o respeito a individualidade da criança e seus aspectos socioculturais, a socialização e o brincar, nada mas são que a construção da autonomia da criança vista como um ser social. Isto implica em uma nova metodologia por parte do docente, buscando que esses princípios estejam presentes em vários momentos do cotidiano infantil.

Partindo da afirmativa de que educação, lazer, liberdade e saúde são necessárias para a criança, podemos evidenciar que através destes fatores as crianças ampliam seu desenvolvimento e aprendizado. No entanto, é relevante destacar que a presença de meios que viabilizem este processo devem se estender além dos currículos escolares, em especial na primeira infância. Pois todo e qualquer estímulo adequado é necessário para tornar a criança um ser social de direitos e deveres como afirma Friedman (2006).

O desenvolvimento e o aprendizado da criança se dão também em diferentes instâncias de seu dia-dia, dentro e fora da escola, quando há o contato com outras crianças e outros adultos e, sobretudo, de forma direta, com os meios de comunicação. (FRIEDMANN, 2006, P.21). Por isso a educação infantil traz para seus educadores uma nova maneira de entender e fazer uma educação que abarque esses princípios e alcance os objetivos necessários - esse é nosso desafio.

Além disso, o RCNEI (1998, p.63) estabeleceu os objetivos gerais para a educação infantil, de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos e cuidados com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando as diversidades e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Tendo por base o que expomos através desses objetivos, que dão relevância às concepções do cuidar e educar, que englobam o brincar, a função socializadora, e não apenas de passatempo, como muitos suspeitam, pois, possibilita o desenvolvimento do lugar social das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações lúdicas em que a interação é fundamental. Enfim, cria-se realmente um elo entre cuidar/educar, objetivando um despertar da aprendizagem.

Refletindo sobre a criança como ser humano integral, o RCNEI através de seus objetivos busca orientar uma ação pedagógica que interage intensamente com o meio social da criança, pois esse é um dos elos para o constante crescimento e desenvolvimento das mesmas. Para isso faz-se necessário reconhecer que o cuidar e educar são indissolúveis e que devem ser trabalhados em conjunto, priorizando - o lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem e valorização da autonomia e construção da identidade, o conhecimento do próprio corpo a partir da temática da sexualidade e afetividade. Entende-se, assim, que as ações relativas ao cuidar, principalmente na educação infantil devem estar estritamente ligadas ao desenvolvimento integral da criança e ao educar, pois ambos são fatores indissociáveis na formação dos aspectos afetivos, relacionais, biológicos, alimentares e referentes à saúde.

Outro ponto já bastante ressaltando no texto é os conceitos de Cuidar e Educar trazidos pelo o RCNEI , que orienta todo processo na educação infantil

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança. E o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação terá como desenvolvimento as capacidades de apropriação e das potencialidades, corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p.23, V.1).

O cuidar tem um significado de valorizar e ajudar no desenvolvimento das capacidades das crianças (BRASIL, 1998, p. 20, v. 1).

Na educação infantil o “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998).

Na verdade, o requisito mais importante nas ações do cuidar/educar é compreender como ajudar o outro a desenvolver-se como ser humano, o que envolve tempo, interesse, preocupação, atenção, proximidade e compromisso. Cuidar/Educar é comprometer-se com o outro, entendendo que esse outro está no início de sua vida, e que sua formação integral se dá essencialmente nesses primeiros anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou refletir sobre o papel e a importância do cuidar e do educar na educação infantil. Como vimos nos primeiros anos de convivência na escola é extremamente importante que o aluno desfrute de um ambiente que lhe oportunize atividades estimulantes, permitindo-lhe o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades por meio de situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens. Aborda-se, também, neste trabalho, a situação do ensino infantil nos dias atuais, em que a escola não é apenas tida como espaço de educar, mas sim, espaço protetor e oportunizador saberes, acolhida, afeto, interesse, liberdade de expressão, respeito às diversidades e principalmente o cuidado com o presente e o futuro de seus aprendizes.

Compreendemos ao final deste trabalho, o quão as questões que envolvem o binômio Cuidar/Educar são necessárias nos espaços infantis educativos. Deste modo, é preciso ressaltar que as instituições de Educação Infantil são espaços em que se inicia um processo de socialização, conhecimento e interação com o mundo. É um lugar, portanto, que serve para ampliar suas experiências, contribuindo para a aquisição de novas competências e habilidades, numa fase da vida dominada pelos instintos e reflexos, que possibilitam as primeiras adaptações, a descoberta do ambiente geral e caracteriza-se pelo início da atividade simbólica. Na realidade, é o momento em que os seres humanos são quase inteiramente dependentes dos adultos, o que pressupõe uma característica importante: os grupos. Com tal característica, está claro que as crianças bem pequenas precisam de um modo muito específico de organização do trabalho pedagógico e das atividades, as quais podem se constituir um eficiente instrumento de trabalho para os educadores (BARBOSA E HORN, 2008).

As crianças ao terem acesso a uma educação, cujas ações envolvam o cuidar e o educar, oportuniza uma melhor qualidade no ensino-aprendizado, despertando habilidades, compreensão e capacidades através de brincadeiras que geram aprendizados. Assim, a criança aprende a expressar suas emoções devido à variedade de instrumentos educativos vivenciados no seu processo de desenvolvimento, proporcionando as mesmas uma aprendizagem significativa. No tocante ao contexto do cuidar/educar, através da pesquisa realizada, ficou

claro que devemos considerar as contribuições oferecidas que interliguem os mesmos e sua relevância nos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Na nossa apreciação, a práxis pedagógica defendida pelos autores citados no decorrer do trabalho só será possível se os professores e o corpo pedagógico tratarem as ações educativas integrando-as ao cuidar/educar como um processo educativo com as crianças. Para que isso ocorra, devemos propor discussões e a utilização de propostas que respeitem o universo infantil, incluindo o lúdico, afetividade, socialização e atividades pedagógicas na rotina das instituições de educação infantil, trabalhando de acordo com as fases de desenvolvimento dos pequenos e suas necessidades.

Devemos, enquanto educadores, buscar uma prática educativa a fim de mudar uma realidade existencial, precisando ser repensado no que se refere às noções de cuidar/educar. De fato, a relevância desta necessidade é tal que encontramos ao longo da nossa pesquisa em todo processo sócio histórico do Brasil um déficit com relação a esse entendimento por parte das instituições e dos próprios teóricos que pensaram a educação infantil. Neste sentido, não podemos deixar de destacar a importância do cuidar/educar para o desenvolvimento das crianças, em especial na infância. Nesta perspectiva, através desta pesquisa, tivemos a oportunidade de refletirmos sobre o tema abordado e sua relevância nos espaços de educação infantil.

Tendo por referência a experiência que tivemos, podemos destacar que um meio prático para utilizarmos o cuidar/educar como algo indissociável na Educação Infantil é a construção de uma rotina produtiva e essencial para o desenvolvimento da criança enquanto ser em processo de construção do conhecimento. Daí a importante tarefa do educador em buscar meios para estimular a criança, no âmbito cognitivo, afetivo, social, motor e biológico, proporcionando momentos que despertem a fantasia, a imaginação, explorando a ludicidade e possibilitando a socialização, entre outros aspectos que devem ser trabalhados na educação infantil, a fim de que as crianças possam maravilhar-se sempre, conhecendo e apreendendo o mundo ao seu redor. Pois, acreditamos que, dessa forma, será possível ao educando autonomia acerca da diversidade que gira no seu entorno a fim de, positivamente, eleger seus valores, suas posições e ampliar seu universo de conhecimento.

Em suma, temos um longo caminho a percorrer quando falamos de cuidar/educar na primeira infância. Os espaços de educação infantil precisam incentivar e valorizar a interligação do cuidar/educar proporcionando às crianças ações pedagógicas positivas que contribuam no processo de aprendizagem. Ressaltamos também que a realização desse estudo é apenas uma pesquisa de revisão bibliográfica, com a contribuição de alguns autores que

abordam o tema em questão. Com isso, esperamos que essa contribuição acerca do binômio cuidar/educar desperte nos educadores o interesse em incluir, em suas atividades, meios para estimular a criança, no âmbito cognitivo, afetivo, social, motor e biológico, pois ambos devem fazer parte da rotina de qualquer criança tanto no convívio familiar quanto no cotidiano escolar, especialmente na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (org.) **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas, São Paulo; Editora Alínea, 3. ed., 2010.

ANTUNES, Denise Dalpiaz. **Educação Infantil**. 2007. Dissertação(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ALMEIDA, Ordália Alves; SECCHI, Leusa de Melo; SILVA, Tanea Maria Mariano da. **Educação Infantil: Quais funções? Quais instâncias? Intermeio:** revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 10, n. 20, p. 62-73, 2004.

ASSIS, Muriane Sirlene Silva de. **Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BENJAMIM, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 1. ed. São Paulo: Editora, 2005.

BUJES, Maria Isalul E. Escola Infantil: Para que te Quero? In: Craidy, C. M. e Kaercher C. E. P. da Silva (org.). Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgado em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação infantil**. Brasília MEC/SEF, 1998, v. 1, 2.

CRAIDY, M.C. e KAERCHER, G.E.P. da Silva. (org.). **Educação Infantil: pra que te quero?**- Porto Alegre: Artmed, 2001.

COSTA, Marisa Vorraber (organizadora). Escola **básica na virada do século: cultura, política e currículo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FRIEDMANN, Adriana. **O desenvolvimento da criança através do brincar**. São Paulo: Moderna, 2006. (coleção cotidiana escolar: base de conhecimento).

_____, Adriana. **Possibilidades nas práticas e nas pesquisas**. In: FRIEDMANN, A. **O universo simbólico da criança: olhares sensíveis para a infância** --Petrobrás, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FOREST, Nilza Aparecida. **Cuidar e Educar: perspectiva para a prática pedagógica na educação infantil**. Disponível em: <[HTTP://www.icpg.com.br/artigo/rev03-07.pdf](http://www.icpg.com.br/artigo/rev03-07.pdf)> Acessado em: 21 de Junho de 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, Sônia (org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005 (Educação em ação).

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Maria M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Santa Marli Pires e CRUZ, Dulce Regina Mesquita. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche**. 10. ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes, 2010.

SOUZA & WEISS. **Aprendendo a ser professora de Bebês**: Experiência de estágio com crianças de oito meses a dois anos. In: OSTETO, Luciana E. (org.) Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores. Campinas. São Paulo: Papirus, 2008.

TIRIBA, Léa. **Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas**. São Paulo: Ática, 2005. p. 66-86.